



CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2016.

RELATORES: Antídio Pedro Reis e Sérgio Murilo Cordeiro

AUTORIA: Legislativo

FORMAÇÃO:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

José Leal da Silva Junior

Fernando Fagundes

Antídio Pedro Reis

**COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

FINANCEIRA.

Sérgio Murilo Cordeiro

Paulo Sartori

Vilson José Porcíncula

I – RELATÓRIO

A proposição em epígrafe, de autoria do Poder Legislativo, autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento do exercício 2016, no valor de R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil), com recursos próprios do Município, para atender despesas com pessoal.

Encaminhado a esta Comissão, fomos honrados, por despacho da Presidência, com a designação para relatar a matéria.

É o relatório.

II – VOTO

O Projeto de Lei nº. 17/2016 está em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Tijucas, em que:

Art. 63 É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

COGO NO EXPEDIENTE
Sessão do 08/11/2016
[Assinatura]

APROVADO	
Em	UNICA
08/11/2016	
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
Presidente	Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara.

Assim, no que tange à juridicidade, as proposições estão em conformidade ao direito, porquanto não violam normas e princípios do Ordenamento Jurídico vigente. De igual forma, o instrumento legislativo escolhido é apropriado ao fim a que se destina.

A técnica legislativa empregada no projeto de lei em exame revela-se apropriada, visto que respeita as normas redacionais específicas para reproduzir efeitos no mundo jurídico.

No tocante ao mérito, cabe nossa concordância com o Projeto de Lei apresentado pelo Legislativo, autor do projeto, como forma de adequar o orçamento da Câmara de Vereadores às atuais necessidades monetárias.

Ante o exposto, por estar de acordo com as normas constitucionais, manifestamo-nos pela apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 17/2016 em questão, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos nobres Vereadores.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.


JOSE LEAL DA SILVA JUNIOR


FERNANDO FAGUNDES


ANTÍDIO PEDRO REIS


SÉRGIO MURILO CORDEIRO


VILSON JOSÉ PORCINCULA

PAULO SARTORI